

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE 1 – A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO NASCIMENTO INDESEJADO:	
OS FUNDAMENTOS TÉCNICOS	17
Seção Preliminar: a autonomia reprodutiva para além da objetivação da responsabilidade civil.....	18
§ 1 – A tutela da eficácia dos contraceptivos por meio da responsabilidade civil.....	22
§ 2 – A tutela da informação sobre os contraceptivos por meio da responsabilidade civil.....	25
Título I – Responsabilidade civil e as cirurgias de esterilização	29
Capítulo 1 – A falha técnica cometida durante a cirurgia de esterilização	33
Seção 1 – A responsabilidade pessoal do médico fundada na culpa contratual	35
§ 1 – A natureza contratual da responsabilidade do médico	36
A – As obrigações de meios e de resultado.....	37
B – A posição da jurisprudência: a esterilização como obrigação de meios	40
C – Entendendo a jurisprudência: a obrigação de meios como um incentivo à atividade médica	44
§ 2 – A natureza culposa da responsabilidade do médico.....	50
A – As técnicas de esterilização.....	52
B – Os erros de técnica encontrados na literatura médica	57
C – Os erros de técnica encontrados na jurisprudência..	60

§ 3 – A dificuldade probatória e a inversão do ônus da prova da culpa médica.....	63
A – A incidência do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor nos casos de responsabilidade médica.....	68
B – As condições do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor nos casos de falha de esterilização	74
Seção 2 – A responsabilidade das clínicas e hospitais fundada no defeito do serviço.....	79
§ 1 – Regime da culpa <i>vs.</i> regime do defeito: a divergência na jurisprudência.....	82
A – Uma divergência consolidada	82
B – Uma divergência contestável	85
§ 2 – Regime da culpa <i>vs.</i> regime do defeito: a convergência quanto aos efeitos	88
Capítulo 2 – A falha de informação sobre os riscos da cirurgia de esterilização.....	93
Seção 1 – O consentimento livre do paciente nas cirurgias de esterilização	95
Seção 2 – O consentimento esclarecido do paciente nas cirurgias de esterilização	98
§ 1 – Os fundamentos do dever de informar.....	99
§ 2 – O conteúdo do dever de informar	102
§ 3 – Os responsáveis pelo dever de informar.....	105
Seção 3 – A prova do consentimento livre e esclarecido nas cirurgias de esterilização.....	106
Título II – Responsabilidade civil e os produtos contraceptivos.....	111
Capítulo 1 – O defeito dos produtos contraceptivos e o Código do Consumidor.....	113
Seção 1 – Os defeitos ligados à ineficácia do contraceptivo: o contraceptivo como produto de risco inerente.....	115
§ 1 – A ineficácia do contraceptivo e a caracterização do defeito.....	118
A – Os riscos razoavelmente esperados do contraceptivo.....	122
B – Os usos razoavelmente esperados do contraceptivo	127
C – A época em que o contraceptivo é colocado em circulação	131
§ 2 – A ineficácia do contraceptivo e a prova do defeito	136
A – A inversão <i>ope legis</i> do ônus de provar o defeito	138

B – A constatação do defeito por meio de presunções de fato	143
C – A inversão <i>ope iudicis</i> do ônus de provar o defeito	149
§ 3 – A ineficácia do contraceptivo e o “caso das pílulas de farinha”	153
A – O Recurso Especial nº 866.636/SP e a responsabilidade do fabricante.....	154
B – As decisões posteriores e a dificuldade de comprovação do uso do placebo	158
Seção 2 – Os defeitos ligados à ausência de informação sobre os usos e riscos do contraceptivo	163
§ 1 – O dever de informação dos fornecedores de produtos contraceptivos.....	165
§ 2 – Os meios de informar os consumidores de produtos contraceptivos.....	168
§ 3 – O papel da informação nos litígios envolvendo produtos contraceptivos	170
Capítulo 2 – O defeito dos produtos contraceptivos e o art. 931 do Código Civil.....	177
Seção 1 – O art. 931 do Código Civil: um regime rudimentar de responsabilidade pelos danos causados por produtos.....	179
§ 1 – A omissão quanto ao defeito do produto.....	180
§ 2 – A inexistência de um regime especial de responsabilidade do comerciante.....	182
§ 3 – A inexistência de um rol de causas de exclusão da responsabilidade do empresário.....	183
Seção 2 – O art. 931 do Código Civil: um dispositivo eclipsado pela responsabilidade pelo fato do produto	185
§ 1 – A inaplicabilidade do art. 931 às relações de consumo.....	186
A – Os fundamentos da tese da inaplicabilidade do art. 931 às relações de consumo.....	187
B – As contradições da tese da inaplicabilidade do art. 931 às relações de consumo	188
§ 2 – A interpretação do art. 931 à luz da responsabilidade pelo fato do produto.....	193
A – A influência do Código do Consumidor sobre art. 931: a exigência do defeito do produto e a aplicação das causas de exclusão de responsabilidade do fornecedor.....	194
B – A influência do art. 931 sobre o Código do Consumidor: a responsabilidade direta do comerciante	196

Seção 3 – Balanço das repercussões do art. 931 sobre a responsabilidade pela falha de produtos contraceptivos.....	199
PARTE 2 – A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO NASCIMENTO INDESEJADO:	
OS FUNDAMENTOS ÉTICOS	201
Seção Preliminar: a autonomia reprodutiva para além da perspectiva constitucional.....	202
§ 1 – O planejamento familiar no art. 226, parágrafo 7º, da Constituição Federal: a constitucionalização de um direito limitado.....	214
§ 2 – O planejamento familiar na Lei nº 9.263 de 1996: a consagração do direito individual à saúde reprodutiva	217
§ 3 – A saúde sexual e reprodutiva e a responsabilidade civil.....	223
Título I – A legitimidade do interesse dos pais	227
Capítulo 1 – O nascimento indesejado: a reparação necessária	233
Seção 1 – A ação reparatória dos pais e a rejeição ao filho	233
§ 1 – A legitimidade do interesse dos pais no momento da falha do contraceptivo	236
§ 2 – A inexistência de rejeição ao filho após seu nascimento	239
Seção 2 – O nascimento como uma fonte de alegria para os pais.....	244
§ 1 – O equívoco fático: a parentalidade não se reduz às alegrias vivenciadas pelos pais.....	246
A – As responsabilidades parentais	246
B – A violação do direito de escolha	249
C – A impossibilidade de compensação entre as dores e alegrias da parentalidade.....	251
§ 2 – O equívoco jurídico: os danos morais não se reduzem às dores experimentadas pelas vítimas.....	252
Seção 3 – A impossibilidade de delegação dos alimentos	255
§ 1 – O reconhecimento do prejuízo material experimentado pelos pais	258
A – O direito das famílias carentes: a inviabilidade da compensação com a possível ajuda financeira proporcionada pelo filho.....	259
B – O direito das famílias abastadas: a reparação não depende da demonstração de incapacidade financeira dos pais para sustentar a criança.....	261

§ 2 – O reconhecimento da relação de causalidade entre o prejuízo material experimentado pelos pais e a falha do contraceptivo.....	262
A – A relação de causalidade sob a teoria da equivalência das condições.....	263
B – A relação de causalidade sob as teorias individualizadoras.....	264
C – O dever de mitigação e a ruptura donexo causal em razão da opção dos pais de acolher a criança.....	267
Capítulo 2 – O nascimento indesejado: a reparação integral.....	273
Seção 1 – A reparação integral dos danos experimentados pelos pais.....	277
§ 1 – Os danos patrimoniais	279
A – As despesas fixas decorrentes do nascimento.....	279
B – As despesas contínuas com o sustento da criança	281
§ 2 – Os danos morais.....	286
A – As alterações corporais e sofrimentos inerentes à gestação e ao parto	288
B – As repercussões sobre os projetos de vida dos genitores.....	290
C – O dano da suspeita de infidelidade	295
Seção 2 – A inexistência de danos experimentados pelos filhos.	297
§ 1 – A demanda do filho no Direito Comparado: o direito da criança à indenização em razão da doença congênita que a acomete	299
A – As ações de <i>wrongful life</i> e o direito de não nascer.....	303
B – As ações de <i>wrongful life</i> e o direito à saúde.....	309
C – As ações de <i>wrongful life</i> e as decisões dos tribunais	312
§ 2 – A demanda do filho no Direito Brasileiro: a legitimidade processual da criança para requerer o pagamento da pensão mensal.....	316
Título II – A ilegitimidade do critério fundado na deficiência dos filhos	321
Capítulo 1 – A abordagem seletiva na França: as origens do acórdão Perruche	327
Seção 1 – O princípio: o nascimento indesejado não é um prejuízo legítimo experimentado pelos pais.....	330
§ 1 – As decisões do Conselho de Estado e da Corte de Cassação	330
§ 2 – As dificuldades decorrentes das decisões	334

Seção 2 – A exceção: o nascimento indesejado de um filho com deficiência.....	338
§ 1 – O nascimento indesejado de um filho deficiente e o prejuízo dos pais: o acórdão Quarez.....	339
§ 2 – O nascimento indesejado de um filho deficiente e o prejuízo da própria criança: o acórdão Perruche.....	345
A – Os contornos do acórdão Perruche.....	346
B – A recepção do acórdão Perruche.....	350
C – A contextualização do acórdão Perruche.....	354
Seção 3 – Análise crítica da jurisprudência francesa.....	358
§ 1 – Os limites da responsabilidade: a reparação concedida aos pais.....	359
A – O aborto seletivo na Lei Veil.....	359
B – A reparação seletiva nos tribunais.....	364
§ 2 – Os limites da responsabilidade: a reparação concedida à criança.....	367
A – A contradição entre os interesses de pais e filhos.....	370
B – A contradição entre meios e fins.....	371
Capítulo 2 – A abordagem seletiva na França: as consequências do acórdão Perruche.....	377
Seção 1 – A interrupção da jurisprudência: a lei anti-Perruche.....	377
Seção 2 – A manutenção da jurisprudência: os casos de abuso sexual.....	384
CONCLUSÃO.....	389
BIBLIOGRAFIA.....	395